

Formulário de Resposta aos recursos - CES S01 - Advogado

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 39 TIPO 2: 43 TIPO 3: 46	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvos as invocadas para eximir-se de obrigação legal a todos impostas e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>Essa alternativa está em conformidade com o inciso VIII do Artigo 5º da Constituição Federal, que diz:</p> <p>“Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”</p> <p>Ou seja, a Constituição garante a liberdade de crença e convicções desde que não sirvam como desculpa para descumprir obrigações legais sem assumir uma prestação alternativa prevista em lei.</p> <p>Exceções: A declaração estabelece uma exceção para casos em que a crença ou convicção é invocada para se eximir de uma obrigação legal imposta a todos, como o serviço militar.</p> <p>Prestação Alternativa: Nestes casos, a lei pode prever uma forma alternativa de cumprir a obrigação, permitindo que a pessoa possa cumprir sua obrigação sem infringir suas convicções.</p> <p>A) Errada — A Constituição garante a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato (Art. 5º, IV). Ou seja, o anonimato não é legitimado em quaisquer circunstâncias.</p> <p>(C) Errada — A Constituição proíbe a censura e exige liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação (Art. 5º, IX). Não se permite autorização</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>prévia nem análise de conformidade por órgão regulador.</p> <p>(D) Errada — A entrada em domicílio durante a noite não pode ocorrer mesmo com ordem judicial, exceto com consentimento do morador, em flagrante, desastre ou socorro. A ordem judicial só permite entrada de dia. (Art. 5º, XI)</p> <p>(E) Errada — A Constituição de fato garante que a criação de associações e cooperativas independe de autorização (Art. 5º, XVIII), mas não veda totalmente a interferência estatal; por exemplo, há exceções previstas em lei (como dissolução por decisão judicial).</p>		
<p>TIPO 1: 41</p> <p>TIPO 2: 47</p> <p>TIPO 3: 40</p>	<p>Alternativa correta letra (c) Justificativa</p> <p>A questão aborda princípios e normas constitucionais aplicáveis à Administração Pública direta e indireta, conforme previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente no:</p> <p>Art. 37 (princípios da administração pública),</p> <p>Art. 41 (regime jurídico dos servidores),</p> <p>Art. 37, VII (direito de greve dos servidores públicos),</p> <p>Art. 5º, LXXIV-LXXVII (direitos fundamentais, como publicidade e acesso a cargos públicos).</p> <p>(A) Incorreta</p> <p>“a investidura em cargo público está condicionada apenas à indicação política ou técnica...”</p> <p>Errado. A regra constitucional é que a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público, conforme Art. 37, II da CF.</p> <p>Exceções são apenas para cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, o que não inclui generalizações como “conveniência administrativa”.</p> <p>(B) Incorreta</p> <p>“pessoalidade e o prazo de validade do concurso público será de até dois anos...”</p> <p>O termo “pessoalidade” não é um dos princípios constitucionais da Administração Pública. Os princípios</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>expressos são:</p> <p>Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Art. 37, caput).</p> <p>A parte do prazo do concurso está correta (até dois anos, prorrogável uma vez por igual período), mas o erro do princípio torna a alternativa inválida.</p> <p>(C) Correta</p> <p>“o direito de greve será exercido com observância dos princípios da eficiência e proporcionalidade [...] respeitados os serviços essenciais...”</p> <p>De acordo com o Art. 37, VII da CF, o direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.</p> <p>A eficiência e a proporcionalidade são princípios que regem esse exercício, especialmente para manter serviços essenciais e garantir o interesse público.</p> <p>(D) Incorreta</p> <p>“a remuneração [...] poderá ser alterada por leis especiais, sem observar a iniciativa privativa...”</p> <p>Errado. A fixação e alteração da remuneração dos servidores deve observar a iniciativa privativa de cada poder (Art. 61, §1º, II, “a” da CF).</p> <p>Além disso, a Constituição assegura a revisão geral anual (Art. 37, X), na mesma data e sem distinção de índices.</p> <p>(E) Incorreta</p> <p>“... aos estrangeiros, com cidadania brasileira...”</p> <p>Contraditório. Um estrangeiro com cidadania brasileira não é mais estrangeiro, é brasileiro naturalizado.</p> <p>Além disso, o acesso de estrangeiros a cargos públicos depende de lei específica (Art. 37, I), não é uma regra ampla.</p>		
<p>TIPO 1: 43</p> <p>TIPO 2: 37</p> <p>TIPO 3: 45</p>	<p>A alternativa (C) está correta porque apenas as afirmativas I, II, III e V estão de acordo com o que estabelece o Código Civil.</p> <p>A questão trata de requisitos de validade e interpretação do negócio jurídico, conforme estabelecido principalmente nos</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>artigos 104 e 113 do Código Civil.</p> <p>I – Agente capaz Correta.</p> <p>Conforme o Art. 104, I, do Código Civil, é requisito de validade do negócio jurídico: “Agente capaz.”</p> <p>II – Objeto lícito, possível, determinado ou determinável Correta.</p> <p>Conforme o Art. 104, II, do Código Civil, o objeto deve ser: “lícito, possível, determinado ou determinável.”</p> <p>III – Forma prescrita ou não defesa em lei Correta.</p> <p>Conforme o Art. 104, III, do Código Civil: “forma prescrita ou não defesa em lei.”</p> <p>IV – Deve ser interpretado atribuindo-lhe o sentido que confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio Incorreta. Não corresponde exatamente ao que diz o Código Civil. O comportamento anterior à celebração pode até ser considerado na interpretação, mas não é critério central.</p> <p>O Art. 113, §1º, do Código Civil afirma que: “A interpretação do negócio jurídico deve considerar a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.”</p> <p>V – Deve ser interpretado conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. Correta. Essa é a regra expressa no Art. 113, caput, do Código Civil: “Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.”</p>		
<p>TIPO 1: 44</p> <p>TIPO 2: 46</p> <p>TIPO 3: 48</p>	<p>A questão pede para assinalar a exceção.</p> <p>(A) Os donos dos hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimento onde se albergue por dinheiro, excetuando para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.</p> <p>Esta alternativa está correta de acordo com o Artigo 932,</p>	DEFERIDO	ALTERAR GABARITO PARA LETRA B

	<p>inciso IV, do Código Civil brasileiro, que estabelece que são também responsáveis pela reparação civil "os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, pelos seus hóspedes, moradores e educandos". A exceção para fins de educação também está implícita no contexto legal, pois a responsabilidade sobre educandos em estabelecimentos de ensino é tratada em outro inciso (V).</p> <p>(B) Os pais são civil e penalmente responsáveis pelos atos ilícitos de seus filhos menores, independentemente de comprovação de culpa ou supervisão, inclusive por danos extrapatrimoniais e coletivos.</p> <p>Esta alternativa está incorreta (e, portanto, é a resposta para a pergunta "EXCETO"). Embora os pais sejam civilmente responsáveis pelos atos ilícitos dos filhos menores de forma objetiva (sem necessidade de comprovação de culpa), a responsabilidade penal é pessoal e subjetiva, exigindo a demonstração de culpa do agente. Os pais não são automaticamente responsabilizados penalmente pelos atos dos filhos apenas em razão do parentesco.</p> <p>(C) Tutores respondem objetivamente por todos os atos ilícitos praticados por seus curatelados, independentemente de comprovação de culpa, capacidade de discernimento do assistido ou efetivo controle sobre a conduta.</p> <p>Esta alternativa está correta com base no Artigo 932, inciso II, do Código Civil, que estabelece a responsabilidade dos tutores e curadores pelos atos ilícitos de seus tutelados ou curatelados. Essa responsabilidade é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa do tutor ou curador. O objetivo da lei é proteger a vítima do dano, responsabilizando aquele que tem o dever de cuidado e vigilância sobre o incapaz.</p> <p>(D) O empregador ou comitente, que por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes</p>		
--	--	--	--

	<p>competir, ou em razão dele.</p> <p>Esta alternativa está correta conforme o Artigo 932, inciso III, do Código Civil, que estabelece a responsabilidade do empregador ou comitente pelos atos de seus empregados, serviços e prepostos no exercício do trabalho ou em razão dele. Essa responsabilidade é objetiva para o empregador (conforme também a Súmula 341 do Superior Tribunal de Justiça).</p> <p>(E) Serão solidariamente responsáveis, sem limite de valor, todos que de qualquer forma tiverem contato com bens oriundos de crime, ainda que sem conhecimento da origem ilícita.</p> <p>Esta alternativa está correta em consonância com a legislação que combate a lavagem de dinheiro e outros ilícitos. A Lei nº 9.613/98, por exemplo, prevê a responsabilidade solidária daqueles que, de alguma forma, se beneficiam ou têm contato com bens provenientes de crime, mesmo que em certas situações a demonstração do conhecimento da origem ilícita seja relevante para a comprovação do delito de lavagem.</p>		
<p>TIPO 1: 45</p> <p>TIPO 2: 38</p> <p>TIPO 3: 43</p>	<p>Resposta correta: (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.</p> <p>I. Correta</p> <p>“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos e taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis [...]”</p> <p>Esta afirmativa está correta, pois descreve com exatidão o que dispõe o Art. 145, II, da Constituição Federal e o Art. 77 do CTN.</p> <p>As taxas decorrem do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, efetivos ou potenciais.</p> <p>II. Incorreta</p> <p>“As taxas poderão ter base de cálculos própria de impostos”</p> <p>Essa afirmativa está errada.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Embora a base de cálculo possa ser semelhante, a jurisprudência do STF proíbe que taxas usem a mesma base de cálculo de impostos, pois isso pode violar o princípio da não-confusão entre espécies tributárias.</p> <p>Exemplo: É inconstitucional uma taxa usar como base de cálculo o valor do imóvel (usado para o IPTU).</p> <p>Fundamento: STF – Súmula 545:</p> <p>“É inconstitucional a cobrança de taxa, pela utilização de serviço público, tendo como base de cálculo o valor do imóvel.”</p> <p>III. Correta</p> <p>“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado [...] exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.”</p> <p>Esta afirmativa está correta.</p> <p>Trata-se do princípio da legalidade tributária, previsto no Art. 150, I da Constituição Federal:</p> <p>“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.”</p>		
<p>TIPO 1: 47</p> <p>TIPO 2: 48</p> <p>TIPO 3: 49</p>	<p>A alternativa correta é: (B) Os prazos processuais são fixados discricionariamente pelo juiz, na falta de lei, podendo as partes livremente estipular prazos para suas manifestações.</p> <p>De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), os prazos processuais podem ser:</p> <p>Legais: previstos expressamente em lei.</p> <p>Judiciais: fixados pelo juiz, quando a lei for omissa.</p> <p>Convencionais: estabelecidos pelas partes, por meio de negócio jurídico processual (Art. 190 do CPC), desde que não contrariem a ordem pública.</p> <p>Assim, na falta de previsão legal, o juiz pode fixar o prazo, e as partes também podem convencionar prazos, conforme o CPC, desde que isso não traga prejuízo ao contraditório,</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA B

	<p>ampla defesa ou ao interesse público.</p> <p>(A) Errado. Embora os embargos de declaração realmente tenham prazo legal de cinco dias úteis, prazos legais podem, sim, ser alterados em determinadas situações, especialmente quando não envolvem direitos indisponíveis e se houver acordo entre as partes.</p> <p>(C) Errado. Prazos convencionais são exatamente os prazos que podem ser ajustados pelas partes, ou seja, são flexíveis, desde que não contrariem disposições legais de ordem pública.</p> <p>(D) Errado. O Novo CPC (Art. 219) determina que os prazos processuais são contados em dias úteis, excluindo-se finais de semana e feriados, exceto se a lei expressamente dispuser o contrário.</p> <p>(E) Errado. De acordo com o CPC, a contagem dos prazos exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento. Portanto, não se inclui o dia inicial na contagem do prazo (Art. 224, §1º).</p>		
--	---	--	--